

As toxicomanias

M. ZAFIROPOULOS
P. PINELL

Dedicar-se a construir a Toxicomania como um objecto propriamente sociológico, pode parecer uma posição científica reducionista para aqueles que apenas nas abordagens *pluridisciplinares* de um fenómeno encontram o caminho da compreensão da sua complexidade.

O exemplo mais marcante deste tipo de produção, associando especialistas de todos os domínios, é o que fazem em França as comissões interministeriais encarregadas de organizar um *dossier* para discussão das instâncias políticas sobre a questão da droga. Os tecnocratas uniram-se aos psiquiatras, analistas, psicólogos, médicos, biólogos, epidemiologistas, sociólogos, etnólogos, magistrados, polícias, inspectores de academia, padres, escritores, embaixadores, etc.⁽¹⁾. O desejo de empreendimento social e político sobre o próprio fenómeno, esclarece a preocupação de exaustividade, como testemunha a justaposição das diferentes abordagens científicas; e se os representantes das diferentes disciplinas fazem parte destas comissões é porque a maior parte das vezes

eles esperam, do poder político, gratificações que paguem os serviços prestados (orçamento para instituições, contratos de investigação, cargos...), mas também porque a Toxicomania não é ainda um objecto de saber monopolizado. A ausência de monopólio não exclui, no entanto, a imposição da lógica médica como estrutura dos seus discursos. A Toxicomania é apresentada como um encontro entre produtos que modificam o funcionamento normal do aparelho psíquico e indivíduos mais ou menos predispostos, pela sua «fragilidade psíquica», a consumi-los de forma perigosa, para si próprios e para os outros, encontro esse que favorece determinadas condições socio-económicas e culturais. Drogas perigosas, população com riscos e terreno favorável formam um tríptico do discurso médico, em que a Toxicomania é abordada como se fosse uma doença «epidémica», que abre uma confluência de campos de interpretações e de intervenções.

★

(1) Referimo-nos aqui à lista dos peritos englobados na Comissão Interministerial encarregada do estudo do problema das drogas, conhecida pelo nome de «Mission Pelletier». Cf. Relatório. Documentação francesa. 1978.

A pluridisciplinaridade afirmada nos relatórios tecnocratas enferma, com efeito, mais de um eclectismo, justapondo uma série de objectos *eruditos* — dependendo da

vontade política dos coordenadores pô-los ou não em relatório —, do que da articulação (finalmente realizada) das diferentes disciplinas científicas. É esta mesma vontade política que se encontra no levantamento do conjunto de disposições jurídicas, estipulando como ilegal o consumo de um certo número de drogas. A articulação entre o discurso jurídico e o médico funciona, portanto, como operador de classificação dos consumidores duplamente definidos como doentes e delinquentes. Mas os consumidores, remetidos para um sistema de instituições especializadas, tornam-se objectos de reflexão dos especialistas e a produção intelectual depende, portanto, directamente do operador de classificação jurídico-médica que selecciona a clientela (2).

Desta articulação entre o *jurídico* e o *médico*, não fundamentada numa comunidade conceptual, resulta um duplo movimento pelo qual o poder médico atribui uma legitimidade científica parcial à interdição jurídica e, complementarmente, o poder jurídico dá a força da lei às *contra-indicações* que tocam as práticas de consumo descritas pelos médicos como toxicomaniacas. Este duplo movimento está na origem de uma dinâmica de extensão da classe dos produtos definidos como *drogas ilícitas*, à medida que os consumidores desviam o seu consumo para substâncias não submetidas,

(2) O toxicómano é o único sujeito, na lei francesa, a quem não é retirada a responsabilidade penal a partir do reconhecimento da sua patologia. Face aos dispositivos institucionais, ele poderá, nalguns casos, ser remetido quer para a prisão, quer para o sistema sanitário. Esta alternativa advém da necessidade de pagamento da dívida social que acompanha todo o acto delinvente reconhecido, quer pela privação da liberdade, quer pelo processo de cura. Aqui, a terapia torna-se equivalente e substitutiva do encarceramento, a boa vontade do indivíduo em relação à terapia é reconhecida como um índice do seu desejo de se corrigir, constituindo uma maneira original de cumprir a pena.

até então, à regulamentação. Contudo, a extensão da categoria de produtos interditos não diz respeito senão a um grupo particular: substâncias que têm em comum pertencer à farmacopeia médica (anfetaminas, tranquilizantes, neuroléticos, etc.) (3). A literatura médica descreve hoje, no entanto, toxicomanias relativas ao consumo de outras substâncias (solventes industriais, colas, etc.), incluindo aí o álcool, que não fazem parte da classe de produtos interditos (ou para os quais se pede a interdição). Não há realmente correlação imediata entre a categoria dos efeitos produzidos pelas substâncias (do ponto de vista médico) e as disposições jurídicas aferentes ao seu consumo, do mesmo modo do que o que determinou a sua *perigosidade* (segundo os critérios médicos), uma vez que, e todas as estatísticas o confirmam, as intoxicações alcoólicas são directamente responsáveis por um número de mortes e de invalidezes consideravelmente mais importantes que o conjunto das drogas ilícitas. Por fim, a distinção entre alcoolismo e toxicomania fundamenta-se tanto menos na lógica médica, quanto a noção-chave de estado de dependência a ignora: «O álcool, o tabaco, certos medicamentos utilizados fora dos limites terapêuticos, nomeadamente os tranquilizantes, são, em determinadas condições de consumo, drogas que conduzem a um estado de dependência.» (4) É, portanto, algures e não no discurso médico que se devem procurar os determinantes da desigual inscrição jurídica do alcoolismo — entre outros — e da toxicomania.

Esta desigualdade de inscrição é o efeito de um arbitrio cultural expresso juridicamente. Uma construção da toxicomania

(3) Interdito, evidentemente, na lei apenas a casos em que as substâncias não são prescritas pelo corpo médico, de um ponto de vista terapêutico.

(4) Relatório «Pelletier», *ibid.*, p. 25.

como objecto sociológico, passa portanto primeiro e obrigatoriamente pela análise das condições sociais que presidiram à constituição deste arbítrio jurídico. De maneira que só uma análise sócio-histórica do desenvolvimento das práticas toxicómanas pode explicar a historicidade do fenómeno (por exemplo: desenvolvimento brutal do uso de drogas nos países ocidentais a partir dos anos 60 e a sua topologia social — 95 % dos consumidores em França têm menos de 35 anos e nota-se, com a emergência do fenómeno, uma sub-representação de indivíduos procedentes das camadas superior ou média da população). Estes simples elementos de caracterização não excluem a pertinência de uma abordagem psicológica dos sujeitos, mas apenas toda a conceptualização destes como categoria dotada de uma unidade psicológica, excepto se acontecesse, por um acaso sem precedentes, que um grupo social se sobrepusesse a uma categoria psicológica.

APARECIMENTO DE NOVAS PRÁTICAS DE CONSUMO EM FRANÇA

Epifenómeno evocado sobre o ponto de vista do *excepcional* antes dos «acontecimentos» de Maio de 1968, o consumo de drogas em certas fracções da juventude francesa elevou-se à condição de problema social maior nos anos seguintes.

A curva das detenções por uso e tráfico de drogas cresceu a partir de 1969 de forma excepcional e o Parlamento, no princípio de 1971, agarrou-se a um projecto de lei que visava a transformação das disposições legislativas em matéria de tráfico e uso de estupefacientes, que viria a ser votado por unanimidade. Beneficiando muitas vezes da *unidade* dos jornais, o drogado vem ocupar o lugar dos «blusões negros» dos anos 50, no discurso dos *media*.

A imagem que é dada deles condensa os defeitos de uma juventude que assusta.

A recusa dos estudos e do trabalho, a procura anónima do prazer, a delinquência, a rejeição da família, etc., são os atributos-padrão deste jovem, ao mesmo tempo em perigo (de morte) e perigoso.

Mas, enquanto a Delinquência Juvenil, uma vez que ela é a realidade dos jovens das classes populares, continua a ser objecto de discurso monopolizado por aqueles que a estigmatizam ou a analisam, o consumo de drogas é acompanhado de uma circulação de discursos de legitimação, textos científicos, filosóficos, poemas, obras musicais, etc., susceptíveis de adquirir um certo reconhecimento social, sobretudo nos meios intelectuais. Com efeito, de um modo diferente do «blusão negro» que representava o jovem proletário, o «drogado» deste Maio de 1968 é um filho da pequena burguesia ou das classes dominantes, a maior parte das vezes estudante (ou *ex*), que participa na constituição de um meio *underground* francês. Este *underground* apresenta-se como uma guarda avançada que intervém simultaneamente nos campos político e cultural, um *esquerdismo cultural*, para utilizar os mesmos termos dos representantes deste movimento (*). Os temas centrais que são desenvolvidos por esta nova vanguarda, não são o fruto de uma produção intelectual local (francesa), mas vêm directamente dos Estados Unidos, onde esses temas são veiculados pelos detentores de um movimento contra-cultural que começou a desenvolver-se além-Atlântico, na altura da guerra fria e, de início, no campo intelectual.

Os temas fortes desta contracultura ordenam-se em volta de uma crítica do modo de vida americano, assumem novas formas de convivência e conferem às drogas, sobretudo psicadélicas ou alucinogénias, um poder de alargamento das consciências, neces-

(*) Esta denominação foi popularizada pela revista *Actuel*, principal porta-voz do movimento.

sário a uma mudança radical das relações sociais mais quotidianas (remetemos o leitor para as produções dos principais autores deste movimento como T. Leary, os poetas da *Beat Generation*, Kerouac, Ginsberg, Burrough, etc.). Este movimento está na origem não só de uma produção artística diversificada (musical, pictórica, romanesca, poética), mas também de novas práticas sociais (vida em comunidade, circuitos paralelos de distribuição de bens, quer artísticos, quer de produtos de consumo corrente).

Um dos elementos fundamentais do sucesso desta contestação socio-política reside no fenómeno de resistência massiva de uma parte da juventude americana, no que diz respeito ao seu envolvimento na guerra do Vietname.

Em França, os que vão importar esta nova cultura e fazer assim figura de vanguarda político-cultural, são indivíduos procedentes do sector universitário. Sector este que, em meados dos anos 60, apresenta vários elementos conjunturais, predispondo-o a ser o lugar de produção de um movimento de contestação importante e em que o *esquerdismo cultural* é um dos componentes importantes.

Em alguns anos, as condições de acesso ao ensino superior são profundamente alteradas. Assiste-se a um aumento considerável dos efectivos, devido, ao mesmo tempo, à adesão das gerações do pós-guerra, do *baby-boom* e, sobretudo, à modificação da relação entre os diferentes ciclos de ensino (abertura do Primário sobre o Secundário e deste sobre a Universidade). Uma parte muito importante dos filhos da pequena burguesia e das classes populares vai, assim, ter acesso à Universidade (a parte dos jovens que ascende do Secundário para o Superior passa de 5 % em 1950 para 14 % em 1964). Esta explosão escolar, uma vez que tem lugar nas estruturas universitárias herdadas do estado anterior do sistema, provoca um disfuncionamento importante que os altos funcionários da Educação Nacional

se esforçam por controlar. Medidas de selecção à entrada nas Faculdades e mesmo ao longo dos cursos, são tentadas⁽⁶⁾. A orientação *espontânea* dos estudantes em relação aos diferentes tipos de faculdades faz-se no sentido inverso ao desejado pelo Plano. A Universidade «produz demasiados literatos e poucos científicos» e a tendência acentua-se cada vez mais entre 1964-1965 e 1967⁽⁷⁾. Este fenómeno está na origem de um mau ajustamento entre os diplomas obtidos e os postos disponíveis no mercado de trabalho, gerador de uma inflação de títulos escolares. Uma perspectiva de «desclassificação» esboça-se (antes de mais para os estudantes de Letras), frustrante para os que se empenharam num investimento importante e dispendioso e do qual não receberão os benefícios esperados⁽⁸⁾.

Se bem que não actualizada ainda pelo falhanço da entrada no mercado de trabalho, a ameaça de desclassificação, combinada com o disfuncionamento interno do

⁽⁶⁾ No Verão de 1967, os Deões Grappin (Nanterre) e Godechot (Toulouse) declararam não poder receber todos os estudantes que contam inscrever-se nas suas Faculdades. Encaram a instituição de um exame de entrada na Universidade. O Deão de Nanterre recusa inscrever os repetentes em trabalhos práticos. Na Faculdade de Ciências, o Deão Zamanski bloqueia as inscrições para o Certificado Preparatório de Estudos Médicos. Os estudantes de Medicina são convidados a inscrever-se em Reims ou em Orleans.

⁽⁷⁾ «De 1965 a 1968-1969, a percentagem de efectivos do terminal A (Literário) eleva-se regularmente de 38 % para 44 %, enquanto que o V Plano previa 36 %. Pelo contrário, a percentagem dos alunos do Terminal C diminuiu regularmente de 24 % para 11 % e a dos Terminais D de 30 % para 26 % (o V Plano previa que C e D totalizariam 52 % dos efectivos). Actualmente, eles reagrupam apenas 37 % dos efectivos.» Billecocq, *Le Monde*, 1-11-1969.

⁽⁸⁾ Cf. artigo de P. Bourdieu, «Classement, déclassement, reclassement» in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 24, Novembro de 1978.

sistema de Ensino Superior, coloca a Universidade em terreno favorável ao desenvolvimento de uma contestação estudantil. Esta será marcada pela história política do meio (a sua própria história e a relação que ela mantém com o campo político no seu conjunto), bem como pela aspiração ao *modernismo*, característica das gerações em formação.

O *Modernismo* exprimir-se-á, neste caso, com uma agressividade tanto maior quanto a perspectiva de desclassificação subjacente exaspera a concorrência com os mais velhos. Sendo a maneira tradicional de se colocar frente a frente com estes, o afirmar o seu tradicionalismo (isto é, a sua incapacidade para produzir algo de novo), os atributos do moderno serão exibidos do modo mais provocante. A luta de concorrência entre gerações está na origem do carácter espectacular e muitas vezes provocador que vão tomar as manifestações de contestação da juventude estudantil francesa, e da sua propensão para procurar num *algures* político-cultural (e nomeadamente com referência ao movimento americano) as suas formas de expressão.

Mas, neste momento, em que uma fracção do meio estudantil se apodera dos atributos culturais da juventude dos *campus*, as drogas psicadélicas, e mais ainda a heroína, contrariamente ao que se passa do outro lado do Atlântico, ocupam ainda um lugar muito diminuto. O aspecto revolucionário das drogas, no centro do modo de contestação da juventude americana, é aqui rejeitada pela totalidade das vanguardas políticas, que se formam sobre o terreno estudantil; as drogas são, pelo contrário, apresentadas como *desmoralizantes* e também como *ópio do povo*. Com efeito, ainda que fortemente influenciados pelo novo consumo cultural, estes vanguardistas estão muito marcados pelas condições de sua formação e pelo estado do campo político francês onde eles pro-

curam situar-se; o que lhes impõe a demarcação, sobre vários pontos (dos quais o do lugar da droga), das formas de contestação estudantil americana.

Nesta conjectura social que se pode caracterizar no momento da emergência de uma «guerra» das classes de idade, é, primordialmente, sobre o terreno da luta política e sindical que se mobiliza a geração ameaçada e numa perspectiva de subversão total das relações sociais⁽⁹⁾.

Contrariamente às utopias que mobilizam a massa dos contestatários americanos, visando a construção de uma sociedade marginal, a politização do movimento estudantil francês assenta na ilusão de poder desempenhar um papel decisivo numa transformação revolucionária da sociedade. Ilusão essa que momentaneamente os acontecimentos de Maio de 1968 vão reforçar, bem como a simultaneidade das greves dos operários e dos estudantes. Os anos que se seguem a Maio de 1968 marcam o apogeu do *esquerdismo* político. A maior parte dos velhos «grupos» vêm duplicar o número dos seus aderentes; a criação do *Secours Rouge*⁽¹⁰⁾, a

⁽⁹⁾ É desde o início dos anos 60 (e no seguimento da luta contra a guerra da Argélia) que se reestrutura o movimento sindical estudantil — com a politização *à esquerda* da U.N.E.F. — sob a influência de correntes de pensamento crítico face às organizações tradicionais do movimento operário, procurando ao mesmo tempo a aliança com elas. É sobre este terreno de politização ambiente que vão desenvolver-se um certo número de pequenos grupos políticos estudantis no seu recrutamento vanguardista e que se implantam no meio pela mediação da estrutura *de massa*, intervindo sobre diferentes temas (tanto problemas relativos à vida estudantil como de solidariedade com as lutas de libertação no Terceiro Mundo).

⁽¹⁰⁾ Organização criada na Sorbonne durante a ocupação. (N. T.)

⁽¹¹⁾ Candidato das organizações trotskistas às presidenciais de 1969 (N. T.)

Campanha Krvinine ⁽¹¹⁾ para as presidenciais de 1969, o enterro de Pierre Overney, a organização da solidariedade com as lutas operárias, qualificadas como exemplares (porque escapam, em parte, ao controlo das organizações tradicionais do movimento operário), como por exemplo, as do *Joint Français* e, sobretudo, de Lip ⁽¹²⁾ são ocasiões para as quais se mobilizam numerosíssimos *jeunes militantes*. A política aparece nos liceus, tocando mesmo aos alunos do 1.º ciclo. A corrente espontaneísta descobre a *Grande Revolução Cultural Chinesa*, organiza-se por detrás das publicações da *Cause du Peuple* ⁽¹³⁾ e *Vive la Revolution* para declarar iminente a revolução que varrerá burgueses e *tecnocratas do P. C. F.* e para apelar ao desenvolvimento de uma *Nova Resistência Popular*. A interdição destes jornais, a repressão dos militantes, a prisão dos principais líderes marcam a intromissão violenta da realidade política e social; as ilusões da fusão com o povo desfazem-se e a Esquerda Proletária proclama a sua autodissolução. A polarização do movimento de contestação tende a acentuar-se entre os grupos políticos mais estruturados (em geral, de obediência trotskista) que continuam a funcionar na ilusão vanguardista e os velhos militantes ou simpatizantes espontaneístas, para quem morreu a esperança de viver uma *grande revolução proletária*.

Aparece um novo discurso onde se exprime a angústia diante das dificuldades da inserção no mundo do trabalho e onde trespassa o rancor contra o activismo político e a classe operária «aburguesada». A oposição entre as gerações estabeleceu uma nova clivagem fundamental. Não envelhecer, sig-

nifica mudar imediatamente a sua própria vida, colocando o prazer no posto de comando («Vivei sem tempos mortos, gozai sem impedimentos»), o político desloca-se sobre a transformação das relações sociais que organizam a vida quotidiana (tendo por corolário um crescimento dos movimentos pela *libertação das mulheres*, o direito ao aborto, a defesa das minorias sexuais, etc.). Outros tantos discursos de contestação que traduzem — para esta fracção de uma geração universitária que viveu, na altura de uma licenciatura ou de uma *maîtrise*, a ilusão de ser o motor da subversão social — a incerteza do devir social, perante a confrontação directa com uma perspectiva de desclassificação. Se alguns a aceitam e se tornam carteiros, empregados ou educadores (entre outras coisas), outros escolhem, por algum tempo, continuar no terreno de uma relativa marginalidade por oposição ao mundo do trabalho.

É nesta situação social que se desenvolve o movimento francês *underground*, apresentando-se como solução de vida, alternativa às ilusões políticas desenganadas, mas também como inovação de um novo espaço social onde todo o conjunto das posições não é já ocupado pelos mais velhos e aparece, assim, como oportunidade de evitar a desclassificação. (Ver anexo 1).

Por outro lado, esta fracção da juventude estudantil ou liceal, que não conseguiu obter qualquer diploma, ou a quem os diplomas, desvalorizados, não abrem as portas das carreiras desejadas, está colocada numa posição social propícia à produção, reprodução e consumo de um discurso que rejeita os valores escolares e as ideologias nascidas da *Revolução Científica e Técnica* — que são precisamente as das gerações anteriores.

Inversamente, as qualidades próprias das actividades *artísticas* ou *artesanais* — das quais se podem esperar um certo tipo de reclassificação social dentro de uma margi-

⁽¹²⁾ Casos de ocupação autogestionária. (N. T.)

⁽¹³⁾ Jornal de um dos movimentos maofistas. (N. T.)

nalidade de boa qualidade, valorizada pela sua ligação à *criação* — são exaltadas num discurso que empresta à ideologia escolar (rejeitada por outro lado) a categoria fundamental do *DOM*. O dom é aqui referido não como aptidão para aprender, mas como capacidade de criar e o consumo da droga é suposto poder revelá-lo ou potencializá-lo.

As biografias que circulam dos grandes músicos de *Jazz*, agarrados às drogas duras, a própria existência de uma *arte psicadélica* produzida sob efeito de drogas alucinogénias ou oníricas sustêm esta ideia junto de indivíduos tanto mais predispostos a crer nisso, já que se trata para eles de um meio de facilitar a sua reclassificação num sistema, através de uma posição valorizada e nova.

A rápida difusão do conjunto de bens culturais — consumidos originalmente e produzidos, em parte, pelo meio *underground* — em largas camadas da juventude (ao mesmo tempo, em gerações cada vez mais jovens e para camadas sociais cada vez mais distantes), tende a constituir os extractos ultimamente focados em *clientela potencial* das primeiras, relativamente a este novo mercado de bens de consumo, marginal na esfera de produção e, portanto, na abertura dos mercados que representa, o domínio da cultura *underground* é determinante como condição de acesso ao lugar de produtos, por um lado e, por outro, na concorrência que opõe os próprios produtores.

DOMÍNIO DA CULTURA *UNDERGROUND*, CONSUMO DE DROGAS E MERCADO DE DROGA

Nesta cultura *underground*, o consumo de drogas ocupa um lugar-chave, não somente naquilo em que é suposto facilitar a *convivialidade* dos indivíduos e potencializar as actividades criativas, mas também pelo

facto de estar sujeito a interdição legislativa e violentamente estigmatizado numa campanha sustentada pelos grandes *medias*. O uso de drogas aparece, então, tanto mais necessário ao domínio da cultura *underground* (por parte dos seus proprietários sociais) quanto, estar à margem da lei, continua a ser um dos atributos que marcam, da forma mais tangível, o carácter originalmente contestatário desta cultura. Por este facto, as numerosas variações, que podem constituir objecto de ligação às drogas — segundo o(s) tipo(s) de drogas utilizadas, a quantidade absorvida, a frequência do uso, o modo de absorção e a finalidade explícita do consumo —, podem ser compreendidas como outras tantas maneiras de se situar, ou ser situado, no meio *underground*. Assim, o consumo ocasional de derivados do cânhamo, simples forma de marcar a pertença a uma geração, difere do uso quotidiano, correlativo à pertença a um grupo inserido marginalmente; do mesmo modo, o «charro» fumado para estar «numa boa» ou para ouvir música, difere de tomar drogas com fins *criativos* ⁽¹⁴⁾. Mas se a análise da ligação à droga, com o conjunto de práticas e discursos, passa pela compreensão das situações sociais para as quais o domínio da cultura *underground* remete, ele deve igualmente ter em conta os efeitos produzidos pela existência de um mercado de droga, necessariamente clandestino, e das relações socio-económicas que ele supõe.

O desenvolvimento deste mercado ainda que fortemente ligado à difusão da cultura *underground* e, por conseguinte, ao seu mercado de bens de consumo, obedece a uma lógica relativamente autónoma, imposta pelas condições de clandestinidade e pelas re-

⁽¹⁴⁾ Oposição que se evidenciará na diferença dos estados procurados e, por conseguinte, das doses ou dos tipos de drogas utilizadas, sendo supostas o L.S.D. e as drogas chamadas *duras*, como mais susceptíveis de potencializar a criatividade.

lações urdidas com um entrelaçamento social à margem da lei ⁽¹⁵⁾.

Nesta estrutura encontram-se lado a lado «marginalidade *underground*» e «marginalidade delinquente», podendo operar-se passagens de uma a outra. As diferenças sociais muito marcadas entre estas duas populações, limitam aquelas passagens, principalmente no sentido Marginalidade Delinquente/Marginalidade *Underground*.

As numerosas posições intermediárias existentes entre o grossista, directamente ligado ao «Milieu» e o simples comprador (que se confunde com o consumidor ocasional), habitualmente sob a denominação de «consumidor-revendedor», não constituem um conjunto social homogêneo, ordenado hierarquicamente segundo o lugar no mercado da droga: a posição de consumidor-revendedor ocupada por um indivíduo, num determinado momento, é a resultante das relações que ele mantém, quer com a rede socio-económica da droga, quer com o mercado de bens culturais *underground*. Ela é o produto da história de uma trajectória, marcada pela série das escolhas (conscientes ou não) que conduziram um sujeito a tentar colocar-se do lado do pólo económico (para daí recolher os benefícios materiais muitas vezes bastante importantes) ou do lado do pólo da produção cultural. Nesta escolha entre uma marginalidade fora da lei, *strictu sensu* e uma marginalidade que permite uma reclassificação social lícita, as determinantes sociais à partida e, principalmente, o capital cultural adquirido têm um peso extraordinariamente grande.

Não são possíveis todas as trajectórias do mesmo modo. O discurso *underground* sobre a droga como meio de conseguir a criação artística, negando tudo o que o reconhecimento das capacidades artísticas de um

⁽¹⁵⁾ «Milieu», ele próprio ligado a membros das classes dominantes. «D como droga». A. Jaubert.

indivíduo deve ao capital cultural acumulado previamente, conserva a ilusão — para aqueles que, vindos das classes populares, entram num processo de marginalização, procurando colocar-se no mercado cultural *underground* — de forma a poderem aí chegar, consumindo drogas. Inversamente o insucesso com o *dealer* (especialmente em casos de confrontação com os aparelhos policial e judicial) pode conduzir à tentativa de reconversão inversa, mas igualmente neste caso, as oportunidades de reconversão dependem do capital cultural possuído.

A identidade social do toxicómano — definido aqui como aquele que foi indicado como tal por um especialista *autorizado e reconhecido* — situa-se na junção dos dois mercados dos quais o dos bens culturais foi predominante no momento em que o fenómeno emergiu. Esta primeira relação está no início da constituição da imagem do toxicómano como jovem criador em revolta.

A difusão do consumo de drogas nos meios populares desloca a sua dominância para o mercado da droga propriamente dito e gera uma representação menos nobre do toxicómano. É por aí que é necessário compreender o desencanto dos especialistas ⁽¹⁶⁾.

⁽¹⁶⁾ «É evidente que os toxicómanos são hoje menos interessantes» — observa M. Solères, chefe da Brigada de Estupefacientes na Prefeitura da Polícia de Paris... «Havia, antigamente, uma ideologização da droga, era a marca do protesto contra uma certa ordem social, o que já não é hoje o caso, a maior parte das vezes. A droga proletarizou-se...». Docteur Hubert Tonnellier — Marmotan. *Le Monde*, 6-2-1980, pp. 1 e 12.

De notar o desencanto que o próprio título do artigo do jornal *Le Monde* reflecte: «Agora é triste».

«Antigamente, alguém tornava-se delinquentes porque era primeiro toxicómano; partia uma farmácia para procurar o medicamento do *Quadro B*; presentemente, alguém é toxicómano porque é primeiro delinquentes; a toxicomania faz parte da sua panoplia.»

François Le Mazel, chefe do Office Central de Répression du Triffic Illicite des Stupéfiants.

Esta evolução determina, mais globalmente, uma modificação do conjunto dos discursos tidos sobre a droga e os drogados, pelos diferentes actores sociais que participam no campo das toxicomanias.

A TOXICOMANIA COMO *FLAGELO SOCIAL*

As estatísticas do Ministério do Interior francês, estimam um grande aumento do tráfico e do consumo de drogas nos anos que se seguiram ao acontecimento de Maio de 1968. Entre 1968 e 1972 o número de interpelações quase decuplica (de 361 a 3016), traduzindo, ao mesmo tempo, o aumento do número de consumidores e a intensificação das actividades repressivas. É durante este período que a Toxicomania se erigiu em *flagelo social* e que é posto em prática um novo dispositivo jurídico (Lei de 31-12-1970) e institucional (instituições especializadas). A ofensiva contra o desenvolvimento da toxicomania inscreve-se num conjunto de práticas e de discursos que visam criminalizar o movimento social e os que nele estão empenhados. As eleições legislativas de 1968 são a ocasião para os partidos políticos da maioria, de fornecerem uma interpretação *tardia* da crise social, divulgando *super-exigências* do movimento contestatário, com a finalidade de desqualificar os seus adversários políticos. O facto de acentuarem não só os incêndios dos automóveis, as barricadas, os combates de rua, mas também *chienlit*⁽¹⁷⁾ que invadem os seus lugares altos da cultura, que são as universidades (cf. campanha contra os *katangais* e contra a recrudescência das doenças venéreas durante a ocupação da Sor-

⁽¹⁷⁾ O termo *chienlit* foi empregado, depreciativamente, por De Gaulle para classificar as manifestações dos estudantes em Maio de 1968. (N. da T.)

bonne), permite mobilizar, eleitoralmente, uma parte da população sensibilizada pelos discursos dos partidos de esquerda.

A criminalização da contestação social amplifica-se nos anos seguintes, com a entrada no *jogo* dos dois arquétipos, o de «destruidor» e o de «drogado», designados como os responsáveis da desordem e dos perigos que ameaçam a juventude. Os dirigentes políticos da classe dominante intervêm directamente na luta inter-gerações e empenham-se no empreendimento de restauração dos valores tradicionais, apresentados como os melhores garantes da ordem social, face à crise da juventude.

A LEI DE 31-12-1970 SOBRE A TOXICOMANIA E SEU CONTEXTO

Nos meses que se seguem ao pedido de dissolução da *Esquerda Proletária* (28-5-1970), pelo Ministro do Interior⁽¹⁸⁾ e a vaga de detenções que se abate sobre os seus militantes maoístas, são publicadas várias leis, que vêm reforçar o arsenal legislativo de repressão:

— lei de 4 de Junho de 1970 (lei *anti-casseurs*).

Permite fazer condenar os organizadores de reuniões interditas, onde haja actos de violência.

— lei sobre as liberdades individuais (17 de Julho de 1970).

⁽¹⁸⁾ «Julgo que os actos, as declarações, os escritos dos responsáveis da esquerda proletária, revelam claramente a resolução concertada e decidida de agir para destruir e mudar o regime constitucional e impelir os cidadãos a armar-se contra a autoridade do Estado. Peço que os verdadeiros responsáveis dos incitamentos à violência, à revolta e à guerra civil sejam punidos.» Citado pelo *Le Monde*, 28-5-1970.

Reforça o princípio de detenção para averiguação e de detenção preventiva e permite aos juizes submeter este detido ao controlo judicial por um certo tempo que pode atingir 4 meses. (Ver anexos 2 e 3).

— lei de Junho de 1971, modifica, num sentido restrito, a lei de 1901 sobre o direito de associação e visa impedir a reconstituição de ligas dissolvidas.

É neste contexto que convém analisar a lei de 31 de Dezembro de 1970, «relativa às medidas sanitárias de luta contra a toxicomania e a repressão do tráfico e do uso ilícito de substâncias venenosas».

Esta lei, estabelecida para fazer face à «subida da toxicomania em França», é a resultante de uma relação de forças entre duas tendências, ao mesmo tempo opostas e complementares. Por um lado, uma tendência repressiva que procura reforçar as sanções penais aplicáveis aos traficantes («... o Parlamento foi encarregado de regular, em Outubro de 1969. Para dois deputados, Mazeaud e Weber, uma proposta de lei, visando somente o agravamento de penas no respeitante a delinquentes») ⁽¹⁹⁾, por outro, uma tendência, a clinicização de internamento forçado dos toxicómanos, substitutiva da repressão, mas controlada pelo aparelho judicial — ainda em estudo — («revelou-se oportuno completar o projecto-lei com novas disposições respeitantes aos consumidores, prevendo possibilidades de tratamento médico, subtraindo às perseguições penais ou às sanções aqueles que os utilizaram») ⁽²⁰⁾.

São tomadas disposições que reforçam a repressão do tráfico, sob vários aspectos, nomeadamente:

— penalidades no que diz respeito a infracções à regulamentação de substâncias venenosas inscritas nos Quadros A e C (estas penas, até aqui contravençionais, são, apesar de tudo, passíveis de prisão, mas o uso ilícito destas substâncias não é sancionado).

— penalidades respeitantes ao tráfico de estupefacientes (transportes, detenção, oferta, cessão, aquisição, emprego, cultura), mas também «aqueles que facilitarem a outrem, quer a título oneroso, quer a título gratuito, procurando para isso um local, ou por qualquer outro meio, tal como os que fazem entregar estes produtos por meio de ordens falsas ou de cumplicidade» ⁽²¹⁾.

— autorização de investigações à noite (rusgas).

— prolongamento do internamento forçado (4 dias em lugar das 48 horas, máximo em direito comum).

— repressão da propaganda a favor da droga (de 1 a 5 anos de prisão), mesmo se esta não é seguida de efeitos.

Este arsenal repressivo imposto, contrasta com a realidade da toxicomania do momento: em 1969, o número de pessoas interpelladas por toxicomania não é senão de 1200, dos quais 87 por tráfico de depressivos e estimulantes (substâncias classificadas nos quadros A e C); o número de mortes por *overdose* é inferior a uma dezena; 70 % das interpellações (836 casos) tem por objecto o tráfico de derivados do cânhamo ⁽²²⁾. Para lá da luta contra a toxicomania, é, realmente, procurada a criminalização do movimento de contestação de camadas importantes da juventude estudantil e liceal (onde é suposto encontrarem-se os consumidores). O condicionalismo da opinião pública de-

⁽¹⁹⁾ Relatório de *Misson...*, *op. cit.*, p. 95.

⁽²⁰⁾ *Ibid.*, p. 95.

⁽²¹⁾ Relatório de *Misson...*, *ibid.*, p. 98.

⁽²²⁾ Estatísticas do Ministério do Interior em Relatório de *Misson...*, p. 268.

sencadeado pelos grandes *médias* e a necessidade, para os partidos da oposição, de se demarcarem das formas exteriores mais facilmente criminalizáveis (Ver Anexo 4) desta contestação (atirando para a classe no Poder a causa do desenvolvimento da toxicomania) faz passar este projecto de lei por unanimidade, enquanto que as medidas agravantes da repressão são combinadas com uma clinização do internamento forçado o que confere um aspecto mais «liberal» a esta lei, aceitável, portanto, pelos partidos de esquerda.

Este duplo aspecto da lei, repressão-medicalização, que coloca o toxicómano numa situação jurídica excepcional, onde ele é, ao mesmo tempo, culpado/doente e intimado a fazer-se tratar, assenta numa representação da realidade, constituída num período histórico anterior, participando da imagem do *Milieu* e que opõe traficantes e consumidores⁽²³⁾. Esta oposição, criticada ulteriormente pelos especialistas e cujo relatório *Pelletier* sublinhará a inadequação à realidade da toxicomania actual, inscreve-se numa cadeia de elementos emparelhados, mórbidos e complementares, produzidos pela ideologia dominante no mesmo momento histórico: terroristas — massa de jovens contestatários, minoria activista — maioria seguidista, manipuladores estrangeiros (ou a soldo do estrangeiro) — franceses manipulados, etc.⁽²⁴⁾.

Cada um destes pares toma, socialmente, todo o seu sentido na relação com os outros,

(23) Temos como exemplo um filme de grande sucesso nos anos 50, «*Razzia sur la Chnuff*», com Jean Gabin — arquétipo do herói positivo — inspector da Brigada de Estupefacientes, na sua empresa de desmantelamento de uma rede de traficantes, vagabundos confirmados e «magnates» altamente colocados, que têm cúmplices até nos ministérios, cujas vítimas «infelizes» são os pobres desgraçados, prostitutas, homossexuais, aristocratas em declínio, etc.

(24) Cf. nomeadamente o livro do antigo Ministro do Interior em funções em Maio de 1968, Raymond Marcellin.

que não tem necessidade de ser explicitada num discurso, porque ela impõe-se na similitude das estruturas de oposição: os *media* mais importantes, fazem simplesmente coexistir estes temas induzindo princípios de leitura, que os põem em ligação nas relações de equivalência e/ou de causalidade⁽²⁵⁾.

Um último elemento particularmente marcante deste período é o da retomada da contestação dos estudantes e dos alunos do liceu que esperam, com as lutas contra a lei Debré e, depois, com a saída de uma reforma do 1.º ciclo do Ensino Superior, um nível de mobilização que ultrapasse, para os alunos do liceu, o de Maio de 1968. A lei Debré, procurando reduzir as possibilidades de prorrogação quanto à entrada para o Exército dos estudantes, visa, de modo mais ou menos lúcido, abreviar o tempo de latência perturbado, que pode constituir o período de estudos superiores que precede a entrada na vida activa, para estes adolescentes «sem limites» e «irresponsáveis» que se tornaram nos estudantes que manejam mal o seu futuro, uma vez que tropeçam nas perspectivas de desclassificação que recusam. A precipitação da entrada no Exército deveria estreitar a cadeia institucional, que conduz do liceu à vida activa, passando pela Universidade e pelo Exército.

Desenvolvendo toda uma estratégia de enquadramento da juventude, os detentores da ordem política intervêm, então, de maneira particularmente autoritária na guerra das classes de idade, porque desconhecem (ou são incapazes de reduzir) as determinantes sociais que exasperam neste momento as oposições entre estas classes e, em primeiro lugar, as perspectivas de desclassificação. Este desconhecimento, no qual a classe dominante e também o conjunto de

(25) Se a imprensa de direita e extrema direita é a única a ordenar estas figuras num discurso coerente, ela opera de modo alargado como modelo de referência para lá do seu público.

gerações de adultos inseridos no mundo do trabalho têm interesse (a diversos graus), está na origem de uma produção de discursos, que tratam «o problema dos jovens» em registos diferentes (desde o *liberal* ao *repressivo*), segundo interesses próprios e segundo a posição dos produtores dos discursos. Registos diferentes que são outras tantas formas de falar de *uma crise da civilização*, de *uma crise de valores morais*, de *uma crise de família*, de *escola*, de *instituições*, de *socialização* em geral, insistindo no *fosso que se abate entre as gerações*. Estes discursos em espelho do que é o discurso do *esquerdismo cultural* contribuem para situar o que coloca a juventude alheia aos mais velhos, ou seja, do lado do *estrangeiro*, desse *algures* donde vêm, precisamente, a droga e o terrorismo. (Ver Anexo 5.)

O desenvolvimento do consumo de drogas em França refere-se, portanto, às ameaças de desclassificação que pesam sobre uma grande parte da juventude que, num primeiro tempo, se empenha numa acção política que desemboca num impasse. Incapaz de modificar globalmente a realidade social, uma parte importante dos mesmos actores sociais lança-se numa operação de reclassificação, construindo o mundo económico e cultural do *underground*, onde encontram uma posição social susceptível de lhes evitar a desclassificação.

Acção política e participação no *underground*, onde a droga constitui elo social, são, assim, aqui colocadas numa relação de substituição face aos grupos consumidores.

O esforço de repressão efectuado pelos poderes de estado sobre o consumo de droga é, também, determinado por esta relação de substituição. Ele visa directamente o grupo de consumidores, mas criminaliza, ao mesmo tempo, o grupo de parceiros que apresentam as mesmas características sociais que os consumidores.

A desqualificação social do grupo dos parceiros é o ponto nodal da operação repressiva, e haverá sempre interesse em analisar

a estrutura dos contextos sociais, que opõem os detentores da interdição aos grupos de parceiros, para compreender a maneira como funcionam e se colocam os interditos.

Este princípio de leitura parece-nos adequado para explicar o aparecimento de interdições que inscrevem as drogas noutras situações históricas que não analisaremos aqui. O caso da promulgação da interdição sobre o ópio, no início do século, nos Estados Unidos é perfeitamente significativo a este respeito, como o demonstram os trabalhos de T. Szass. A criminalização do consumo do ópio fumado, inscreve-se directamente numa estratégia de desqualificação da minoria chinesa, na época, colocada em relação de concorrência directa com a mão-de-obra branca no mercado de trabalho.

Uma análise das situações, nas quais o consumo de uma droga se inscreve em práticas culturais, partilhadas pelo conjunto dos grupos de uma formação social (por exemplo, o caso do álcool em França), mostraria que a aplicação de uma estrita interdição jurídica não é realizável, o que não impede a existência de estratégias de desqualificação, visando determinados grupos de consumidores, mas pelo meio indirecto da estigmatização, no que toca ao modo de consumir e não simplesmente ao consumo.

As drogas aparecem sempre como objectos particularmente adequados a sustentar as estratégias de desqualificação, e isto porque elas ocupam um lugar, de facto, particular na esfera do consumo.

I — EFEITOS DA DROGA: PRINCÍPIO DE LEITURA SOCIOLÓGICA

O facto de a propriedade social do consumo de drogas estar no princípio de estratégias de desqualificação de grupos sociais, que se anuncia sob a forma de uma ligação drogas/criminalidade, não é puro produto da imaginação das classes dominantes. Mas esta relação não recobre senão uma figura

muito particular de uma classe de efeitos, que definiremos, sociologicamente, como predisposição dos consumidores a ocupar uma posição distanciada, face às regras do jogo social, que organizam as relações quotidianas.

Entre o conjunto de jogos possíveis, distinguiram-se três modelos-tipo de efeitos procurados, diferenciados pelo modo de distanciação das regras do jogo social, modelos que podem coexistir no seio de uma determinada formação social.

1.º — Distanciação das regras do jogo social, como meio de operar uma anulação imaginária das diferenças sociais.

Um exemplo desta negação imaginária da posição ocupada nas relações sociais, é fornecido por Sami Ali, no seu estudo de consumo do haxixe no Egipto (26). Apanágio quase exclusivo das classes populares, este consumo, efectuado colectivamente, é acompanhado de uma produção de discursos que expõe, de modo particular, as relações dominantes/dominados à acção corrosiva do humor (27).

2.º — Distanciação das regras do jogo social, como meio de anulação imaginária dos laços sociais.

O desinteresse pelo código social pode dar lugar a um outro tipo de efeito que, contrariamente ao primeiro, não visa uma anulação imaginária das diferenças, mas tende

a colocar os consumidores numa posição, maximizando o próprio desinteresse. Trata-se de escapar às tensões da realidade quotidiana procurando na distanciação uma anulação de si próprio como sujeito social (28). A fuga *para fora da realidade* é, em certas circunstâncias históricas, uma prática massiva espalhada pelas classes populares, quando o nível de opressão sócio-política é muito elevada e desde que estas classes não sejam por organizações susceptíveis de assegurar uma defesa colectiva dos seus interesses socio-económicos elementares. A predisposição à dissolução imaginária dos laços sociais é tanto mais forte quanto mais fraco é o laço na realidade, entre os membros do grupo ou da classe. Encontraremos exemplos históricos como o *nascimento* da classe operária, ligada ao desenvolvimento da grande indústria em Inglaterra ou em França, no início do século XIX e, mais geralmente, de cada vez que um grupo vê a sua organização social desmantelada

(26) É esta procura da anulação dos laços sociais que é expressa, por exemplo, nas expressões como «beber para esquecer», ou seja, a perda de memória da história do sujeito, procura que pode ser ocasional (um momento de tensão extrema para o sujeito, «beber para afogar as mágoas») ou inscrita num modo de vida quotidiano. A procura de um afastamento total da realidade social está no centro da prática religiosa da casta dos Brâmanes, que fornecerá um modelo de referência às ideologias produzidas pelo movimento «hippie» americano. No ritual dos Brâmanes o «Bang» (bebida à base de cânhamo) é utilizado como meio de conseguir modelar-se à imagem de Shiva. Isto impõe ao sujeito que se afaste das contingências materiais, até se libertar do seu próprio corpo, para ascender a uma posição que exclui qualquer tensão e, portanto, passa por uma negação de tudo o que pode produzi-la. O sujeito tenta ascender ao ponto em que ele é, ao mesmo tempo, tudo e nada (sujeito desencarnado). Nesta altura, em que mais nada o espera, ele está nos confins da total felicidade e da morte.

Cf. sobre este ritual, S. Snyders, *op. cit.* e S. Ali, *op. cit.*

(26) Sami Ali: *O Haxixe no Egipto*, Payot, Paris, 1971.

(27) «A imperdoável dialéctica do mestre e do escravo encontra aqui um limite imprevisto, uma vez que a relação de forças, que luta pelo reconhecimento, em vez de conduzir a uma ruptura do equilíbrio ao nível do real, é transposta para o plano do sonho. Esta negação imaginária é outra coisa para além de uma fuga (para fora) da história: é, pelo contrário, o modo pelo qual o escravo se não reconhece como tal, face ao poder do Mestre. Ali, ele consegue-o criando uma obra de imaginação, onde a distância hierárquica que o separa do cume é suprimida gradualmente.» *Ibid.*

(trabalhadores imigrados ou índios americanos encerrados em reservas, etc.).

3.º — A distanciação das regras do jogo social pode inscrever-se como meio de intervenção na realidade, representando o mais possível as práticas ideais de um grupo.

Tal ligação ao consumo de drogas é expressa, de modo mais evidente, por grupos, cuja posição na sociedade, leva a estabelecer a transgressão de determinadas normas em práticas ideais.

Os bandos de adolescentes (*Teddy boys* em Inglaterra, *Blousons Noirs* e *Rockers*) são exemplos típicos. Jovens vindos de classes populares, que terminam a sua escolaridade, a maior parte sem diplomas, vão ocupar, no mercado de trabalho, as posições menos qualificadas e menos remuneradas, num período da sua vida (depois da escola, antes do Exército e antes do casamento) em que não realizaram ainda a sua integração sócio-profissional. Eles exprimem a sua revolta perante a ordem social, exigindo como modelo a transgressão violenta das normas de conduta. Transgressão que se exprimirá, entre outras coisas, em condutas violentas (agressões, tumultos entre bandos) a que o consumo em grupo de bebidas alcoólicas predispõe.

No outro pólo da escala social encontra-se, igualmente, uma propensão para se colocar fora das normas, em certas camadas da juventude das classes dominantes^(2º), e especialmente em jovens artistas, cuja inserção no campo artístico, passa pela criação de obras de ruptura. Théophile Gautier,

^(2º) Cf. o consumo de éter pelos jovens *dandies* na alta burguesia parisiense, nos fins do século XIX. Jean Lorrain consagra uma parte das suas novelas a este fenómeno (in *Les Masques*, colecção Folio). O éter, hoje a droga do baixo proletariado (cf. o filme «*Les Anges Déchus*, de la Planète St. Michel»), era, então, conservado em frascos de cristal e bebido puro ou misturado em álcool.

Alexandre Dumas e Charles Baudelaire fundam o clube do «Haxe». O aspecto deliberadamente provocador do uso de drogas («provar o Paraíso de Maomé») está ligado, no discurso dos artistas, à procura de uma potencialização da criatividade (tema que é hoje o núcleo da produção cultural nos meios *underground*) e, paradoxalmente, faz parte da integração social do artista.

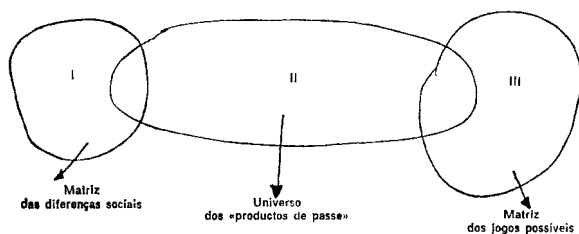
Para dar uma interpretação sociológica mais geral, podemos dizer que, em todos estes casos, a distanciação permite um jogo de grupo com as normas sociais, que toma uma forma específica, segundo a posição deste grupo na estrutura social onde está inserido. Consumir quer dizer colocar-se em posição de jogar com as regras, necessitando esta posição de uma relativa autonomia do sujeito, ou grupo de sujeitos, em jogo: é o efeito universal da droga, definível aqui como «produto de passe».

O próprio tipo de jogo que se joga é determinado pela posição social do grupo num momento histórico muito preciso: assinalam-se aqui os efeitos específicos do consumo de uma droga por um grupo situado socialmente. Para um mesmo produto os efeitos do consumo podem ser diferentes e até opostos.

Mas o modo de acesso à autonomia relativa, faz também parte das estratégias de distinção que organizam as diferenças no universo do consumo; nem todos os grupos sociais lá chegam pelas mesmas vias e escolherão as suas drogas em função das drogas consumidas por outros (por mimetismo ou, ao contrário, como forma de se destacarem). Por outro lado, os limites da classe de produtos definíveis como drogas variam segundo o jogo do poder médico que, limitando ou interditando o acesso a determinados produtos, empurra os consumidores a deslocar o seu consumo para novos produtos que, até à altura, não eram utilizados como drogas. Este mecanismo de deslocamento conduz a uma redefinição perpétua do inter-

dito posto pelo corpo médico, que tende a alargar os limites da classe de drogas à medida que os consumidores se afastam do uso terapêutico de novos medicamentos.

Uma análise sociológica do consumo de drogas (definidas como «produtos de passe») implica, portanto, ao mesmo tempo e em todas as suas inter-relações, a ligação à posição dos diferentes grupos de consumidores na estrutura das diferenças sociais (I), o universo dos «produtos de passe» (II) e o conjunto dos diferentes modos de distância em relação às regras do jogo social (III).



Insistiremos no facto de que, neste modelo, a interacção entre os três elementos evolui historicamente, através de uma mesma formação social e de que é a posição ocupada na estrutura das diferenças sociais (I) que determina as escolhas possíveis (III) de jogos e de produtos de passe utilizados para aí chegar.

Mas toda a análise deve ter também em conta aqueles que, embora não consumidores, participam da dinâmica deste campo e das estratégias de distinção que o organizam. Para além dos especialistas, os abstencionistas beneficiam da autoridade moral que lhes confere a recusa deste modo de acesso à autonomia relativa, face a face às normas sociais, ocupando (ao lado dos espe-

cialistas) as posições mais legítimas para sustentar as estratégias de interdição⁽³⁰⁾.

A evolução do arbítrio jurídico sobre o consumo de drogas depende, portanto, da articulação de um conjunto de factores referentes a estes diferentes elementos. A análise de uma situação paradoxal virá confirmar esta análise: trata-se de períodos históricos em que a predisposição à transgressão das normas que regulam as relações sociais quotidianas, é um efeito procurado pelo Estado, uma vez que, nas conjunturas excepcionais, são radicalmente opostas às impostas, até esse momento, aos cidadãos. É o caso das situações de guerra onde a imposição de matar se torna uma ordem de Estado, embora o crime de sangue seja aquele que normalmente é mais gravemente sancionado. A distribuição de álcool aos soldados antes do assalto era uma prática corrente durante a guerra das Trincheiras⁽³¹⁾. Uma vez que o Estado não aparecia directamente como fornecedor, dava provas de grande tolerância na matéria. O que foi escrito sobre a guerra do Vietname, dá indicações sobre a utilização mas-

⁽³⁰⁾ Mais ainda que os simples abstencionistas, aqueles que, depois de um passado como consumidores estigmatizados, se tornaram abstencionistas beneficiam de uma autoridade na matéria que pode acabar por conferir-lhe um reconhecimento de auxiliares médicos, mesmo que não disponham de nenhum capital escolar especializado na matéria. Assim que se reagrupam para lutar contra o seu antigo *pecado*, estes últimos são muitas vezes portadores de um discurso mais «integrista», colocando a fronteira do interdito ao seu mais alto nível, isto é, no simples facto de consumir. Maximizando o perigo, valorizam, assim, a *força moral* que lhes permite «sair dessa»; *força moral* que está na base do seu conhecimento prático do fenómeno e da sua autoridade em ocupar-se dos outros.

⁽³¹⁾ Cf. sobre este assunto «Les Croix de Bois», de R. Dorgeles, ou «Le Feu», de Henry Barbusse.

siva de álcool e drogas pelos G.I.'s⁽³²⁾. Mas o que foi tolerado ao soldado torna-se interdito logo que o sujeito reencontra uma situação «normal». Ele é levado a abandonar este consumo, descrito então como um mal social que deve ser combatido. Nesta passagem o combatente encontra-se na posição do inimigo⁽³³⁾.

Os diferentes casos de figuras expostas no modelo, permitem inserir na complexidade dos diferentes modos de consumo de droga, aquelas que são desenvolvidas na juventude francesa nos meados dos anos 60.

Importado por um grupo de actores sociais deslocados, pelo menos potencialmente, pelas perspectivas de desclassificação no *jogo harmonioso* da reprodução social, o consumo de drogas veio implantar-se num campo de práticas-inovação (devendo, necessariamente, submeter-se a uma modifi-

(32) Este fenómeno é válido também, para além da situação de guerra, para a situação de serviço militar onde é bastante grande a tolerância de tomar drogas. Segundo Joël Rogers «High Times and Hard Drugs in the U. S. Army in Europe», *The Paris Metro* n.º 18, 31 de Agosto de 1977: «A maior parte dos G. I.s avaliam que entre 60% e 80% deles fumam regularmente (erva) e que talvez 25% utilizam, também regularmente, heroína... Pode dizer-se que perto de metade dos 217 000 homens da *Armée de Terre* e da Aviação presentes na Alemanha, dispõem 60 dólares por mês em drogas. Isto representa, por ano, um comércio de 72 milhões de dólares.»

(33) Os exércitos de ocupação de regresso ao país e certos imigrantes têm pelo menos o ponto comum de trazer com eles drogas estrangeiras ao gosto da intoxicação nacional. Os exércitos que partem para combater o *mal*, voltam sempre ao país de «mãos sujas», contaminados e susceptíveis de serem «contagiosos». O trabalho de desintoxicação, neste caso, não é senão um elemento da obra de reinserção social e de normalização indispensável do regresso às regras do jogo social do pós-guerra. Isto é válido, antes de mais, para os exércitos do contingente geral, os militares de carreira que não queiram voltar ao mundo civil, podem preservar na própria intoxicação, funcional para o próprio exército.

cação das regras do jogo social) o que reforça bem a análise que nós fazemos das suas características fundamentais: predispor os sujeitos a jogar com as regras do jogo.

O consumo de drogas não encontra somente aqui a sua caracterização enquanto prática particular, mas é analisando o campo das práticas no qual ele se insere que podemos dar-lhe todo o sentido. Mesmo que o consumo de drogas tenha podido vir substituir-se às práticas de modificações determinadas por um imaginário político, outras práticas tendo as mesmas funções, podem vir a substituir este consumo (alcoolismo, fuga, suicídio, emigração, etc.).

Na dupla inscrição do mercado de produção dos bens culturais e do mercado da droga propriamente dito, onde está colocado o consumidor de drogas encontram-se actualizadas as três grandes significações sociais propostas no modelo. A tendência para anulação das diferenças sociais está na origem do esforço de substituição, da intervenção directa e simultânea sobre as regras do jogo do artista e do delinquente, por certos grupos de sujeitos, aqueles que perderam a esperança da reclassificação, a maximização da distanciação das ligações sociais, cuja imagem mais arquetípica é o *junkee* (janado) que se exila em Katmandou ou morre de *overdose*. Qualquer acto de consumo actualiza, necessariamente em graus diversos, o conjunto das suas significações. O artista da música *Pop*, que consome para potencializar a sua criatividade, condensa nesse acto tudo o que o público exige dele (produção musical, discurso contestatário, violência, jogo com a morte, etc.). O jovem consumidor das classes populares, ele que tem todas as oportunidades de se encontrar do lado do mercado da droga, é, no entanto, situado em primeiro lugar como delinquente (porque participante em práticas interditas) e desenvolve apesar de tudo, uma relação com o *underground* cultural, relação que pode exprimir-se directamente

A GUERRA DAS GERAÇÕES

numa produção de discurso ou de obras de pretensão artísticas (música, quadros, poemas, artesanato, etc.⁽³⁴⁾), se bem que, evidentemente, nunca reconhecido como tal, por aqueles que são a autoridade no assunto), mas também, mais simplesmente, na acumulação de um capital de relações adquiridas pela frequência de meios pequeno-burgueses (via o mercado da droga).

Mais geralmente, tudo o que pode conotar-se com a participação no meio da droga (consumo, venda, repressão, discurso tido sobre a droga, etc.) coloca à partida o sujeito no conjunto das representações sociais às quais se refere, e os efeitos desencadeados pelo signo de pertença apresentados, podem encontrar lugar no modelo de interpretação que propusemos (três grandes linhas de significação, operação de desqualificação, etc.). Isto está no princípio das reacções que o sujeito pode provocar nos outros, a sua *grande surpresa* e algumas vezes pela sua inconveniência.

É o caso daquele que, não dominando o imaginário dos locais, numa situação nova, faz circular a droga com o objectivo de colocação e encontra-se de facto, sujeito à reprovação dos outros. É também o caso daqueles que, acreditando na fraternidade de um meio contestatário, se vêem denunciados à polícia por aqueles que se julgavam em perfeita afinidade cultural.

Tudo o que podemos agrupar sob os termos indígenas «anarca» e «balança», tudo o que tem um traço de «paranoia», a extrema desconfiança recíproca dos indivíduos, residem, pelo menos em parte, no jogo de uma desconfiança sempre possível (o que não acontece sem oferecer resistência ao trabalho do pesquisador).

(34) Produções que podem ser tomadas no quadro de actividades terapêuticas e perpetuamente interpretadas como tal, logo que o sujeito é tomado a cargo de uma instituição para esse fim.

O Manifesto da Frente de Libertação da Juventude (Janeiro de 1971)

«Sente-se no ar o movimento de libertação dos jovens. O Esquerdismo deixou-nos envelhecer e, para todos, é tempo de respirar...

«A juventude é o comunismo em marcha para a subversão das relações sociais, é o afrontamento permanente com as instituições e os preconceitos... Temos necessidade de alegria, de afecto, de esperança... Temos necessidade de desfrutar do céu, do tempo, do espaço...

«Não receamos o tempo, receamos sim ficar velhos e vocês, burgueses, vocês fazem-nos envelhecer.»

O grafismo, parte da estratégia «antivelho»

«Quando nos afirmavam, e eram “velhos” que o afirmavam: “As vossas cores, as vossas sobre-impressões, este texto vermelho sobre um fundo rosa... não se consegue lê-lo!...”, nós repetíamos, categóricos: “É de propósito. É uma ruptura entre as gerações: um aluno de liceu não tem nenhum problema em ler um texto vermelho sobre um fundo vermelho!...” Eles não se atreviam a replicar, nem sequer dizer: “Nem mesmo um aluno míope!”»

Actuel, n.º 58, p. 17.

«O fosso divide os 25 e os 30 anos e é preciso aprofundá-lo. Eis a nossa identidade... Nós discutíamos bastante seriamente e com a razão da juventude: era isto uma nova classe revolucionária em vias de formação.»

Actuel, n.º 58, p. 17.

Mike Wadleigh, encenador de «Woodstock»

«As coisas mudam, mas creio que não escaparemos à violência, infelizmente haverá mortes: os velhos não quererão abdicar...»

Anexo 2

A DEFESA DOS VALORES

«A Família, estrutura tradicional por excelência, é no entanto a melhor adaptada e a mais necessária para ajudar a ultrapassar certas contradições fundamentais da nossa sociedade... É ela a melhor colocada para resistir aos embates, dado que ela se apoia na natureza, na lei da espécie. De todos os instrumentos à nossa disposição capazes de dar uma alma à nossa sociedade e assegurar assim a sua sobrevivência, a família é o mais disponível, o mais sólido e um dos mais eficazes.»

G. Pompidou: alocução proferida no 25.º aniversário da União Nacional das Associações Familiares. Citado pelo *Le Monde*, 19-12-1969.

«Tornar-se-á cada vez mais claro que o mundo moderno necessita duma filosofia nova e duma reviravolta do espírito místico e religioso.»

Enterprise, n.º 728-729, 30-8-1969.

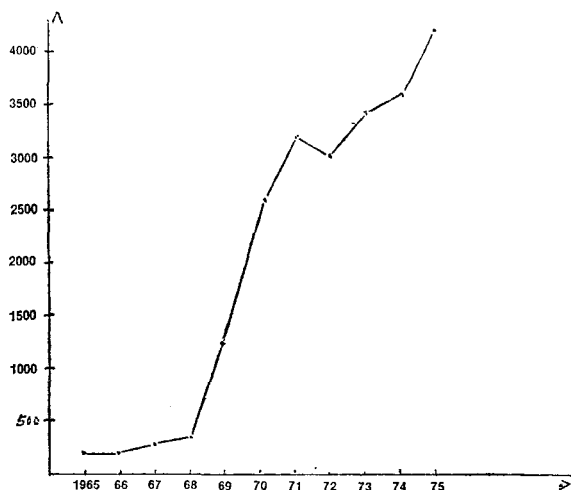
O «RACISMO ANTI-JOVENS»

«Basta! O governo tem a obrigação de expulsar para sempre os professores agitadores, e não lhes dar um centavo. Tem igualmente a obrigação de administrar uma sova magistral a estes rapazinhos que, mal têm uma penugem no queixo, já se julgam o «Che», e a estas rapariguinhas que se tomam pela Angela Davis, logo que se apercebem que têm um pouco de peito.»

La Nation, 7-12-1971.

Anexo 3

NÚMERO DE PESSOAS INTERPELADAS



Evolução do número de interpelações para o tráfico e consumo de drogas. Ministério do Interior — Gabinete Central para a Repressão do Tráfico Ilícito de Estupefacientes.

Origem: relatório da Missão de Estudos sobre o Conjunto dos Problemas da Droga.

Documentation Française, Janeiro de 1978, números dados, pp. 75-76 e 268-269.

Anexo 4

A LUTA CONTRA A TOXICOMANIA PARA OS PROMOTORES DA LEI DE 1970

«A droga... é o resultado duma acção voluntária daqueles que criaram na juventude um terreno favorável à propagação desta calamidade...»

«Simultaneamente, uma propaganda anarquista obstinou-se em depreciar sistematicamente os valores que concedem a cada homem a sua armadura moral e sobre os

quais repousa toda a sociedade civilizada e democrática.

... ..
«Deve-se procurar os verdadeiros responsáveis da extensão da toxicomania juvenil entre os pensadores que, desde há três anos e mais, se dedicam a enfraquecer a força moral da juventude, a desorientá-la com utopias aberrantes e a desconsiderar a seus olhos o valor da vontade e do esforço.»

R. Marcellin, citado pelo *Le Monde*, 4-12-1971.

«As associações são os melhores locais de encontro para os jovens. Quanto mais aderentes tiverem estas associações, mais jovens imunizados contra a droga existirão. Se um jovem participa em actividades culturais, desportivas, se tem uma paixão, ele não se deixará tentar, e desenvolver o desporto no liceu é lutar contra a droga no liceu...

«As associações de estaleiros que replantam florestas perdidas podem fazer tanto pelos antigos drogados como um centro pós-cura.»

J. Comitti, Secretário do Alto-Comité para a Juventude e Desportos, *Le Monde*, 22-10-1971.

Anexo 5

DE BELLEVILLE A VINCENNES

«Durante anos, uma grande parte do mercado parisiense da droga esteve concentrado em Belleville, no bairro árabe, onde era alimentado essencialmente pelos norte-africanos. Mas Belleville, presente-mente, é «retro», acabou. Para 80%, é o

campo universitário de Vincennes que «alimenta» a capital. Lugar para Jovens e para a Cultura. Claro que já há muito tempo que a Faculdade de Vincennes parece ter saído, não de um decreto (de Edgar Faure), mas dos sonhos dum surrealista de tipo mongolóide. Contam-se às centenas os vidros partidos, a imundície, os escritos murais, e também as boutiques árabes, os vendedores de «mergues» ou de fritos, os revendedores de objectos roubados — ou de droga. Nos corredores, o «H» é vendido livremente. Os Barbudos da revolução pela destruição compram ⁽¹⁾ a sua dose ao passar.»

Minute, 16-5-1977.

RESUMO

Em França. A Toxicomania — o consumo de drogas, a desmontagem das condições sociais que a ele levam, bem como as reacções, o «arsenal legislativo de repressão» e todas as consequências sociais por ele provocadas é do que nos falamos, muito objectivamente, neste artigo, Zafiropoulos e Pinel.

Os autores referem ainda a contestação provocada por esse consumo e as polémicas geradas à sua volta, nomeadamente o facto da toxicomania poder provocar (ou acentuar) um novo capital cultural, uma nova forma de estar no mundo (pondo em causa as formas tradicionais) ou antes se, com todas as suas causas e efeitos, faz apenas aumentar a delinquência juvenil.

(1) No texto original, por engano tipográfico, surge «achévent» (alcançam o seu fim) em vez de «achétent» (compram). A este propósito, transcrevemos a nota do autor: «Este lapso tipográfico é suficientemente significativo para que o deixemos ficar.»

leia

ANÁLISE PSICOLÓGICA

Número **4**

Este número, dedicado à

ETNOPSQUIATRIA

será constituído pelos seguintes artigos:

A implementação cultural dos mecanismos de defesa
Georges Devereux

Análise etnopsiquiátrica de um romance espanhol
Paolo Polito di Sabato

A «mulher livre» de Birnin-Koni (Niger)
Jacqueline Monfouga-Broustra

O «Dorlis» sonho e delírio na Martinica
A. Chrales-Nicolas e O. Boitard

Crenças culturais e delírio — os Jnounn de Bernous
Albert Ifrah

A antipsiquiatria e a tecnologia de controle social
Marcos Einis

e outros

PREÇO AVULSO: 200\$00.

ASSINATURAS: Normal — 600\$00; Instituições — 700\$00.
(Assinatura anual — 4 números)